DIGORESTE
O jornal do Judiciário de MT

Edição nº 08 | Julho-2014

TJ mantém certificação ISO 9001

Certificação garante qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

Páginas 4 e 5

Número de reclamações reduz 22% na Ouvidoria

Página 8

Copa do Mundo 2014

Juizados Especiais de Cuiabá registram poucas ocorrências

Página 2

Valorização

Reenquadramento vira realidade e servidores recebem aumento real

Página 3

Bem Viver Campanha ensina a prevenir e tratar os 3 tipos de hepatites Página 7

Editorial

Aprimorar a qualidade do serviço prestado ao cidadão é a meta da atual Administração do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. E para que isso aconteça, é preciso que todas as engrenagens que movimentam o Poder Judiciário funcionem em sintonia.

Nesse sentido, o jurisdicionado deve lembrar que para que a área fim (Coordenadoria Judiciária) trabalhe bem, as ações das coordenadorias de Tecnologia da Informação ou de Infraestrutura, por exemplo, são fundamentais.

E é por isso que, nesta edição do Digoreste, o leitor vai saber um pouco mais sobre as ações que vêm sendo desenvolvidas pelo TJ para manter a certificação de qualidade dos oito processos que receberam o selo ISO 9001:2008, referentes a diversas áreas do TJMT.

A manutenção do selo animou o presidente, Orlando Perri, a expandir esses números para outras áreas, sempre com o objetivo de entregar um serviço melhor ao cidadão.

O Digoreste traz ainda um dado interessante levantado pela Ouvidoria: a redução de 22% no índice de reclamações nos primeiros três meses de 2014, comparado ao mesmo período do ano passado.

O fato se deve a medidas importantes adotadas pela atual Administração, como regime de exceção em diversas varas das comarcas de Mato Grosso e os mutirões realizados durante 2013 e nos primeiros meses de 2014, que agilizaram o trâmite processual.

Outras novidades também podem ser conferidas nesta edição, como os cuidados com a hepatite, o reenquadramento salarial dos servidores e o balanço dos Juizados Especiais que atuaram durante a Copa do Mundo em Cuiabá.

Boa leitura!

Direto aos Fatos

Solidariedade

Das 630 latas de leite em pó arrecadadas na 1ª Corrida de Rua do Judiciário, realizada pelo TJ em junho, 150 foram doadas à Associação dos Amigos da Criança com Câncer (AACC). Outras 150 foram destinadas ao Lar dos Idosos e 50 à Casa da Mãe Joana. Também foram beneficiadas a Obra Social Espírita Anjo Gabriel, a Casa Caminho Redentor e o Hospital do Câncer.

Agilidade Processual

O presidente do TJ, Orlando Perri, tem como meta implantar o Apolo Eletrônico, até o final do ano, em pelo menos 50% das comarcas. O Apolo Eletrônico é um sistema desenvolvido pelo próprio TJ, que permite a tramitação digital dos processos, garantindo agilidade na tramitação processual, com respostas mais rápidas ao cidadão.

Protocolo Integrado

O TJ prorrogou até 31 de dezembro o funcionamento do Protocolo Integrado, ferramenta que permite o recebimento de petições apresentadas pelas partes ou advogados dirigidas a outras comarcas do Estado. A partir desse prazo, as petições serão feitas exclusivamente por meio do Portal Eletrônico do Advogado (PEA), garantindo celeridade, agilidade e economia no trâmite processual.

COPA DO MUNDO

Juizados registram poucas ocorrências

A Copa do Mundo foi considerada tranquila pelas equipes que atuaram nos juizados especiais instalados para atender as demandas dos torcedores brasileiros e estrangeiros que vieram a Cuiabá para assistir aos jogos do mundial. No Juizado Especial e da Infância e Juventude do Aeroporto Marechal Rondon foram registradas 203 ocorrências entre 5 e 25 de junho.

O relatório divulgado pelo Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça contempla critérios como: total de reclamações, acordos obtidos, percentual de acordos, orientações, atraso de voos, cancelamento de voo, overbooking, problemas com bagagens, falta de assistência, falta de informação e total de fatos reclamados (ver quadro na página).

Atendendo a orientação do CNJ, os postos de atendimento localizados no aeroporto vão atender por 24h até 20 de julho, quando voltam ao horário normal. O Juizado Especial está localizado no piso térreo do aeroporto, próximo ao elevador. Já o posto da Infância e Juventude está entre as bancadas das companhias aéreas.

Para o presidente do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do TJMT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, os resultados são positivos para o Poder Judiciário, que atendeu prontamente todas as demandas. "Tivemos um comportamento além do esperado. Felizmente não houve bagunças e nenhum problema grave".

Juizado Especial do Torcedor – O Juizado Especial do Torcedor (JET), que funcionou dentro da Arena Pantanal durante os quatros jogos da Copa do Mundo, registrou seis ocorrências. Já o Juizado Especial Itinerante (JEI), que ficou do lado de fora do estádio, solucionou dois conflitos durante os quatro jogos.

Aeroporto Marechal Rondon

ATENDIMENTOS

Acordos obtidos	5
Orientações dadas	99
Atrasos de voo	16
Overbooking	1
Problemas com bagagens	8
Falta de assistência	0
Falta de Informação	3
Fatos Reclamados	57
Reclamações recebidas	5
Cancelamento de voo	9
Percentual de acordos	100%

Expediente

Digoreste é uma publicação mensal do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Gestão biênio 2013/2015
Presidente
Orlando de Almeida Perri
Vice-presidente
Márcio Vidal
Corregedor-Geral da Justiça
Sebastião de Moraes Filho

Produção
Coordenadoria de Comunicação Social do TJMT
Edição
Nadja Vasques
Redação
Janã Pinheiro, Keila Maressa

Participe
Interessados em sugerir pautas ou divulgar notícias no informativo Digoreste podem entrar em contato com a equipe através do e-mail: imprensa@tjmt.jus.br

Pelas Comarcas

A conquista de um sonho

Depois de 20 anos da edição da Lei 6.614/94, os servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso passaram pelo processo de reenquadramento nos níveis correspondentes às referências previstas na normativa, mas não aplicadas até junho de 2014.

Dentre as seis carreiras profissionais existentes, os auxiliares judiciários (antigos jardineiros, garçons e agentes de serviço) foram os mais beneficiados.

O reenquadramento era um compromisso firmado pelo desembargador Orlando Perri ao tomar posse como presidente do TJMT, em março de 2013. Segundo o magistrado, este é um benefício que ficará para os servidores, pois será incorporado ao salário e levado quando da aposentadoria.

"Nós estamos trabalhando para entregar aos servidores todos os benefícios pecuniários que eles têm direito. Acertar as contas é uma forma de investir e valorizar o profissional. Os servidores estão recebendo as parcelas referentes ao acordo envolvendo pagamento da URV, foram reenquadrados, estão tendo a oportunidade de fazer gratuitamente diversos cursos e até pós-graduações", ressalta o magistrado.

De acordo com Perri, o impacto na folha de pagamento dos servidores será na ordem de R$ 15 milhões por ano e de pelo menos R$ 1,1 milhão por mês. Ele afirma ainda que o próximo passo é pagar o passivo referente ao reenquadramento, aplicar a progressão horizontal e mais uma etapa da progressão vertical.

Reenquadramento x Progressão

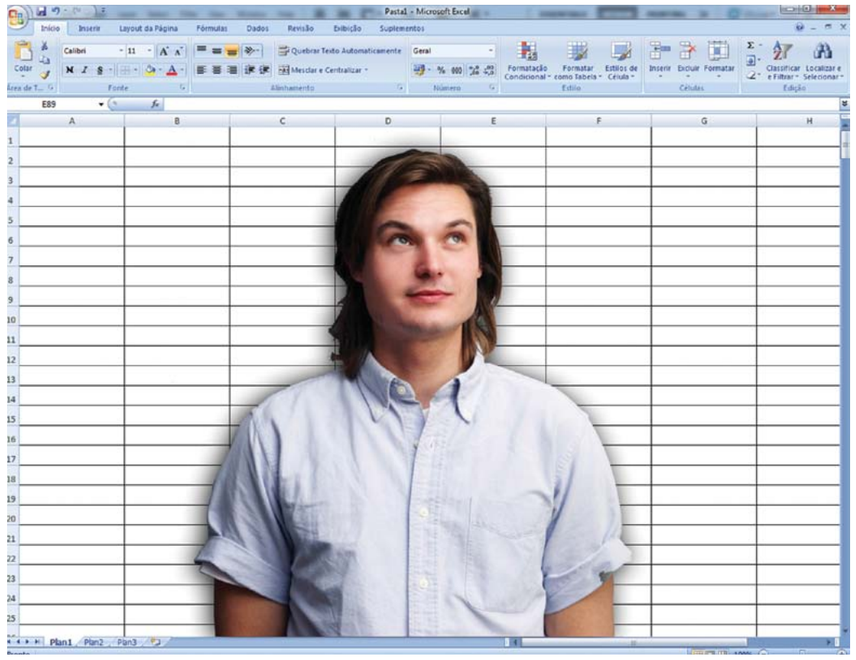
Reenquadramento e progressão não são a mesma coisa, apesar de estarem interligados. A referência é utilizada como base para a progressão funcional vertical.

Como o próprio nome diz, reenquadrar significa colocar em um quadrado diferente, isto porque a tabela do Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração (SDCR) aloca o servidor em um determinado local de acordo com o nível e a classe que ele se encontra.

O processo de reenquadrar servidores foi necessário tendo em vista que quando a Lei 6.614/94 foi substituída pelo SDCR, em 2007, houve servidores que deixaram de obter ganho salarial na proporção do direito, mesmo sendo contemplados com as referências. Na época, as referências foram aplicadas utilizando a Lei 6.614/94, que é anterior ao SDCR, e prevê o crescimento de carreira somente em classes. O SDCR, em seu artigo 63, parágrafo único, garante ao servidor o crescimento em classes e níveis.

A progressão vertical foi realizada pela primeira vez entre 25 de novembro e 19 de dezembro do ano passado (2013). Na oportunidade foram feitas as avaliações referentes aos primeiros e segundos ciclos da avaliação e desempenho, sob a ótica da perspectiva comportamental. A segunda avaliação deve ser realizada no segundo semestre de 2014.

Já a progressão horizontal, prevista no artigo 26 do SDCR, é a forma de progredir na carreira por meio de qualificação (graduação de ensino médio, 120h em cursos de capacitação, graduação em curso de nível superior, pós-graduação Lato-Sensu, mestrado e doutorado). Ela corresponde às classes ocupadas pelos servidores.



TJ investe na qualidade e garante selo ISO 9001

Uma instituição pública que invista fortemente na qualidade dos serviços que são entregues aos cidadãos é o sonho de qualquer pessoa. Já imaginou um Tribunal que tem oito processos de trabalho com certificado ISO 9001:2008, totalizando 23 normas e procedimentos, 22 modelagens e 11 indicadores? Este é o Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

A Instituição trabalha para acabar com todas as pechas de que serviço público não se importa com o produto entregue e de que não há investimentos no resultado final.

O certificado foi conquistado em fevereiro de 2013, mas o trabalho para manter o selo é árduo e a equipe do Sistema de Gestão de Qualidade não descansa. São feitos treinamentos, palestras e auditorias internas para garantir que quando o auditor externo retorne à instituição todos os servidores conheçam as rotinas de trabalho, as atividades desenvolvidas pelo setor e também as normas que regem o SGQ. O selo tem validade até 2016.

As coordenadorias de Planejamento, Tecnologia da Informação, Infraestrutura, Administrativa, Recursos Humanos, Escola dos Servidores, Controle Interno e Financeira são as oito áreas certificadas. Todas desenvolvem atividades meio, trabalham para manter a engrenagem de uma grande máquina funcionando e influenciam diretamente na entrega da prestação jurisdicional.

A Coordenadoria de Planejamento, por exemplo, é responsável pelo planejamento estratégico e pelo plano

Afonso Maciel

Fotos: Ascom/TJMT

Desembargador Orlando Perri

plurianual que garante verbas e despesas do Judiciário, Tecnologia e Infraestrutura são responsáveis pela manutenção dos programas de informática e dos prédios dos fóruns, enquanto a parte administrativa é responsável pelas licitações dos objetos físicos. Sem estes trabalhos não existiriam fóruns no formato que se tem hoje, com espaço físico suficientemente confortável para receber a população.

Os setores de Recursos Humanos e Escola são os responsáveis diretos pela vida funcional dos servidores e pelos treinamentos que eles recebem. Já o Controle Interno trabalha fiscalizando e orientando os gastos da instituição, enquanto a Coordenadoria Financeira é responsável pela aplicação dos valores monetários.

"Nós começamos o trabalho de certificação do Tribunal de Justiça pelos processos da área meio porque entendemos que não adianta certificar a área fim (Corregedoria e Coordenadoria Judiciária) sem que os processos de sustentação estejam perfeitos. Com o sucesso da certificação, agora pensamos em investir em novos certificados para outras áreas", destaca o presidente do TJMT, Orlando de Almeida Perri.

O desembargador ressalta ainda ser muito importante manter os servidores totalmente envolvidos nos processos. "Eles precisam entender que são parte de uma grande engrenagem e que todos os serviços são importantes para que o cidadão receba sua sentença e se sinta contemplado pelo trabalho desenvolvido pela Justiça mato-grossense", afirma.

Para garantir a manutenção da certificação, além dos treinamentos, parte dos setores que têm processos certificados passará por uma auditoria interna entre 15 e 18 de julho. Em novembro todas as oito áreas passarão por outra auditoria interna, que servirá de treinamento para a auditoria externa que ocorrerá em dezembro.

Coordenador de Planejamento, Afonso Maciel, destaca que manter o certificado é mais difícil que conquistar. "O trabalho para manter o certificado é mais árduo, pois as cobranças são maiores. Mas são recompensadoras também. O maior resultado é que o cidadão ganha com uma melhor prestação de serviço".

Na primeira auditoria externa, ocorrida em janeiro deste ano, o auditor externo, Justino José Junior, declarou que os avanços percebidos estavam muito além do esperado. De acordo com o avaliador foi possível perceber um comprometimento efetivo, além da sinergia que existe entre a equipe que trabalha diretamente com o Sistema de Gestão da Qualidade e as áreas que têm procedimentos certificados.

A segunda visita de certificação está prevista para ocorrer em dezembro deste ano. Serão visitadas a Escola dos Servidores, a Coordenadoria de Recursos Humanos, Administração, além do Controle Interno.

Maciel explica ainda que o certificado confere padrões de excelência nos serviços que foram indicados como seguidores das normas ISO 9001, além de demonstrar que a Instituição tem um sistema de qualidade mapeado, padronizado e organizado.

Gestão da Qualidade - O Sistema de Gestão de Qualidade é uma estratégia de administração que tem o objetivo de criar nas pessoas a consciência da qualidade em todas as ações realizadas pelo setor. Ele também busca mostrar aos servidores a importância do papel que eles desenvolvem. Este trabalho de conscientização é feito com as pessoas de todos os escalões da Instituição.

De acordo com a auditora interna do SGQ, Valéria Ferraz, as pessoas que participam do treinamento percebem que elas fazem parte de uma engrenagem maior, que resulta na entrega de qualidade da prestação jurisdicional.

A auditora ressalta ainda que o sistema trabalha dando apoio às coordenadorias para elaboração, análise e implementação de alterações das normas, procedimentos e modelagens. "Em nenhum momento nós promovemos a mudança no setor. Nosso trabalho é puramente de auxílio na implementação das normas. A gente trabalha com a vivência e a realidade do setor", explica.

Processos mapeados

- Planejamento Estratégico e Orçamentário (Coplan)
- Gerenciamento de Portfólio de Projeto (Coplan)
- Estudos Estatísticos (Coplan)
- Seleção e Capacitação de Servidores (RH/Escola dos Servidores)
- Execução Orçamentária e Financeira (Coord. Financeira)
- Aquisições e contratações (Coordenadoria Administrativa)
- Controles internos (Controle Interno)
- Eficácia da Infraestrutura (Infraestrutura)

Normas e procedimentos

- Elaboração Emissão e Controle Normas e Procedimentos
- Controle dos Registros da Qualidade
- Tratamento de Não Conformidades
- Auditoria Interna
- Pesquisa Satisfação
- Elaboração e Revisão PPA.
- Elaboração do PTA
- Alterações Orçamentárias
- Controle Patrimonial Bens Móveis
- Elaboração e Revisão do Planejamento Estratégico
- Compras e Licitações
- Arrecadação de Taxas e Custas Judiciais
- Fiscalização e Orientação do Foro Judicial
- Fiscalização e Orientação do Foro Extrajudicial
- Pagamento de Servidores, Magistrados e Fornecedores
- Balanço Mensal
- Executar Backup de Banco de Dados
- Atendimento das demandas de manutenção serviços gerais e transportes
- Gestão de Capacitação - Escola dos Servidores
- Avaliação de Desempenho.pdf
- Realização de Concursos
- Realização de Auditorias de Conformidade das Rotinas Administrativas
- Controle de Projetos – Desenvolvimento

Índices

- Índice Satisfação Instrutores (Escola dos Servidores)
- Índice Chamados Atendidos (Infraestrutura)
- Índice Satisfação Usuários (Infraestrutura)
- Índice chamados atendidos dentro do ANS definido (TI)
- Índice chamados atendidos dentro do ANS recalculado (TI)
- Índice de disponibilidade de sistemas (TI)
- Índice de disponibilidade da rede interna (TI)
- Índice de Auditorias de Conformidade Realizadas (Controle Interno)
- Índice de Satisfação de Clientes Internos e Partes Interessadas (Coplan)
- Índice de cumprimento dos prazos padrão nos processos de aquisição de bens e serviços (Coordenadoria Administrativa)
- Índice Número de Cursos atendidos conforme Plano Anual de Capacitação na 1ª Instância (Escola)
- Índice Número de Cursos atendidos conforme Plano Anual de Capacitação na 2ª Instância (Escola)
- Índice de Participações Realizadas nos Cursos de Capacitação (Escola)

Entrevista

Justiça busca acompanhar evolução social

Durante a I Jornada de Direito da Saúde, realizada no mês de maio em Brasília, 45 enunciados interpretativos sobre direito da saúde foram aprovados. Alguns deles tratam de assuntos considerados polêmicos, como métodos artificiais de reprodução, direitos dos transgêneros e de filhos de casais homossexuais gerados por reprodução assistida. O coordenador do Núcleo de Apoio Técnico (NAT), do Poder Judiciário de Mato Grosso, juiz Jones Gattass, participou do evento e fala da importância dos novos enunciados.

Alguns enunciados são bastante polêmicos, principalmente quando se fala do biodireito.

Sem dúvida alguma o biodireito é um tema que sempre rende muitas discussões. Alguns dos enunciados, aprovados democraticamente durante a jornada, refletem o quanto o direito busca acompanhar essa evolução social. São novos pensamentos, novos paradigmas, mudanças de comportamento que acontecem e a área do direito precisa acompanhar essa evolução.

Um dos enunciados que mais chama a atenção é o 43, sobre os transgêneros. O que ele traz de diferente?

Esse enunciado diz que é possível a retificação do sexo jurídico sem a realização da cirurgia de transgenitalização, de modo que a pessoa interessada nessa retificação não vai precisar passar pela cirurgia de mudança de sexo para fazer a alteração no nome. Isso aconteceu possivelmente em razão de decisões que já foram tomadas nesse sentido, que refletiram nesse enunciado.

O Enunciado 40 aborda sobre a reprodução assistida. O que ficou definido?

Esse enunciado diz que na reprodução assistida pode ocorrer a inclusão do nome de duas pessoas do mesmo sexo como pais. Isso também é uma demonstração desse acompanhamento da evolução social de modo que o casal homoafetivo, por exemplo, vai poder ter o registro de nascimento do filho, constando ali o nome dos dois pais ou das duas mães.

Mas isso já não era permitido?

Sim, os enunciados refletem entendimentos que já vêm sendo tomados. Um dos propósitos dos enunciados é uniformizar entendimentos, reforçar decisões já tomadas e orientar os operadores do direito e o próprio sistema de saúde.

O senhor considera esses enunciados um avanço?

Sem dúvida, foi a primeira jornada da saúde que tinha como propósito justamente reunir enunciados espalhados pelos estados para uniformização, para debatermos cada um deles, quais deles que poderiam ser aprovados no evento. É bom mencionar que a jornada teve a participação aberta, estiveram ali advogados, promotores de justiça, magistrados, servidores da área de saúde, procuradores de estado, entre outros. Cada enunciado foi debatido, depois de ampla discussão foram submetidos à votação para só então serem aprovados.

A partir do momento que os enunciados são aprovados eles estão valendo?

Sim. Eles podem ser usados como reforço para os argumentos. Podemos dizer que os enunciados não são a última palavra para que os magistrados decidam. O juiz vai levar em consideração diversos fatores, como as provas que foram trazidas, mas sem dúvida nenhuma o enunciado, como reflete entendimento já adotado em outros processos judiciais, servirá de apoio na tomada de decisões em processos que envolvem temas de saúde.

Esses enunciados servem para reforçar o trabalho do NAT?

Com certeza o NAT ganhou reforço com os enunciados. Um deles diz que os magistrados devem sempre que possível ouvir o Núcleo, isso é justamente o que estamos sempre frisando, sobre a importância de o juiz procurar o apoio do NAT no momento de tomar decisões relacionadas à área de saúde.

O como tem sido a procura do NAT por parte dos magistrados?

Cada magistrado que começa a utilizar o NAT percebe que esse apoio é importante e fortalece a decisão. Essa procura vem aumentando gradativamente, basta dizer que o NAT quando surgiu era para atender apenas Cuiabá e Várzea Grande, hoje ele atende o Estado todo com bastante sucesso, porque é rápido. Com o uso dos meios eletrônicos, em um dia, dois, quando muito três, nós obtemos respostas para poder amparar melhor a decisão do magistrado e assim evitar equívocos de ordenar, por exemplo, o fornecimento de um medicamento que o SUS já tem um similar. Nesse sentido o NAT serve para alertar o magistrado, evitando a oneração dos cofres públicos.

Ascom/TJMT

TJ Recomenda

Sentença Cível - Da Preparação para o Concurso da Magistratura ao dia a dia do juiz

De autoria do juiz federal Flávio da Silva Andrade, a obra aborda, em especial, o aspecto prático da elaboração de sentenças cíveis – redação do relatório, da fundamentação e do dispositivo, e é, segundo o autor, destinada a magistrados, assessores de juízes, estudantes de Direito e candidatos de concursos para ingresso nas carreiras da magistratura federal e estadual.

União Homoafetiva - Direito Sucessório e Novos Direitos - Com as Decisões do STF e a Resolução 175 de 2013 do CNJ - 3ª Edição - Revista e Atualizada

Nesta obra, o autor, Fábio de Oliveira Vargas, busca o enquadramento jurídico nas relações envoltas à problemática da homoafetividade no campo extenso da sucessão e do amplo horizonte de possibilidades jurídicas afeitas ao esboço de um incipiente direito das minorias, como se entende a etimologia de tal vocábulo.

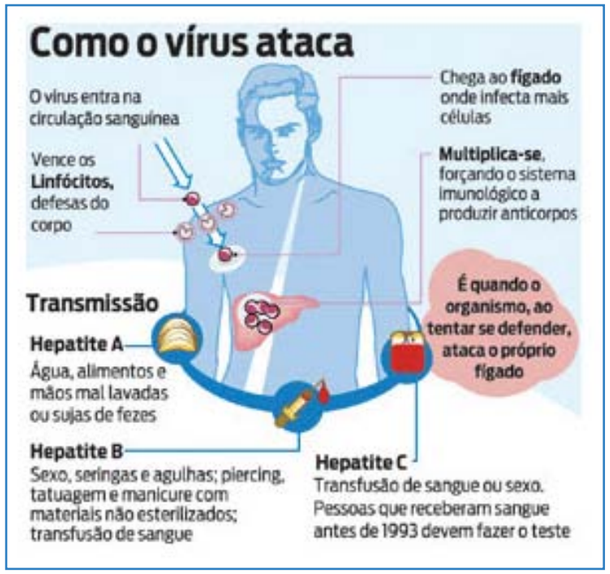
Exame de DNA e a Prova Emprestada

Escrito pela professora Durvalina Araújo, o livro é resultado de uma pesquisa acerca da necessidade de incluir o exame de DNA como meio probatório criminal devido ao seu alto índice de acerto aprimorado pelos avanços técnicos-científicos, que comprovam a sua ampla efetividade no desvendar de crimes.

Bem Viver

Campanha marca dia de luta contra hepatites

Ascom/TJMT



Realizar o diagnóstico precoce das hepatites é um dos principais determinantes para evitar a transmissão ou a progressão dessas doenças e suas graves conseqüências. Em consonância com o calendário de ações do Ministério da Saúde, o Programa Bem Viver, do Poder Judiciário, promove em julho uma série de ações para conscientizar os servidores sobre os riscos de contaminação das hepatites, suas formas de prevenção e tratamento.

A **enfermeira Allessandra Medina** explica que neste mês serão colocados cartazes no Tribunal de Justiça, fóruns de Cuiabá, Várzea Grande e Juizados Especiais, alertando servidores, operadores de direito e cidadãos que circulam nesses prédios sobre os métodos de prevenção das hepatites. Para os trabalhadores do interior, essas informações chegarão via e-mail.

A Organização Mundial de Saúde (OMS), durante Assembleia Mundial da Saúde realizada em maio de 2010, instituiu a data de 28 de julho como o Dia Mundial de Luta Contra as Hepatites Virais. Desde então, o Ministério da Saúde vem cumprindo uma série de metas e ações integradas de prevenção e controle nos níveis de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) para o enfrentamento das hepatites virais no Brasil.

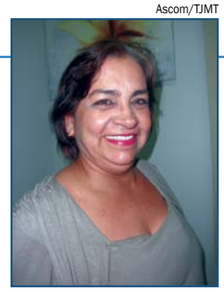
No País, enquanto a hepatite B é mais frequente na faixa etária de 20 a 49 anos, a hepatite C acomete mais pessoas entre 30 e 59 anos. A maioria dessas pessoas desconhece sua condição sorológica. No caso da hepatite C, por exemplo, há pessoas que fizeram transfusão de sangue antes de 1993 (quando não havia teste para diagnosticar a doença) ou que utilizaram seringas não esterilizadas que podem estar infectadas pelo vírus da hepatite C sem saberem.

A hepatite é a inflamação do fígado, uma doença que nem sempre apresenta sintomas. Muitas pessoas só percebem que estão doentes (principalmente dos tipos B e C) quando as manifestações já são graves, como cirrose ou câncer de fígado. Esses pacientes levam anos para descobrir que estão infectados. Os testes para as hepatites estão disponíveis em toda a rede do SUS.

O Brasil tem como prioridade, até 2015, a realização de campanhas nacionais que estimulem os seus cidadãos a se vacinarem gratuitamente contra a hepatite B e buscarem o diagnóstico precoce. O objetivo é atingir cobertura vacinal superior a 90% e identificar os quase dois milhões de brasileiros que o Ministério da Saúde estima que estejam infectados pelos os vírus B e C.

Profissão Servidor

Ascom/TJMT



Nome completo - Rose Mary Ribeiro
Nascimento - 06/10/1956
Local de Trabalho – Secretaria da Vara Única – Fórum da Comarca de Dom Aquino
Cargo - Técnico Judiciário
Filhos – Sim, dois
Tempo de comarca - 27 anos e 6 meses
Setores em que já trabalhou - Desde que entrei no Judiciário exerci minhas atividades na Secretaria da Vara Única, no setor de cumprimento, parte desse tempo como gestora judiciária substituta.
O que mais gosta de fazer - Gosto do setor de cumprimento, o serviço é minucioso, exige muita atenção para executar integralmente as decisões do juiz.
Dica para trabalhar em equipe - Ao longo desses quase 28 anos posso citar cinco procedimentos que acho essenciais para se trabalhar e trazer ótimos resultados à equipe: boa vontade, espírito de cooperação, companheirismo, comprometimento e responsabilidade.
Ritmo de trabalho - Apesar de ser uma comarca pequena o fluxo de trabalho é intenso e o cumprimento é o setor da Secretaria que exige maior celeridade, uma vez que temos que formalizar as determinações vindas do juiz com rapidez, concentração e eficiência.
Trabalho no interior - Nunca trabalhei em outra comarca, por isso não tenho como comparar. O que posso dizer é que adoro minha comarca e os meus colegas de trabalho. Hoje passo a metade do dia no meu trabalho (quando gestora passava quase o dia todo), então o meu local de trabalho passou a ser minha segunda casa e meus colegas de trabalho a minha segunda família. Amo minha comarca.
Fora do trabalho - Gosto de ficar em casa.
Aposentadoria - Estava conversando com uma colega de trabalho e ela me fez essa mesma pergunta. Respondi que ainda não sabia. Mas com certeza vou curtir mais o meu netinho (tenho um), já que ele não mora na mesma cidade que eu, vou poder visitá-lo com frequência.
Mensagem - O Judiciário hoje está passando por uma fase de transformações, de melhorias na prestação jurisdicional. É uma instituição que oferece todas as condições de trabalho em termos materiais, bem como se preocupa com o aprimoramento e qualificação de seus servidores. No entanto, em termos salariais, deixa muito a desejar, o que acaba desmotivando um pouco os servidores, mas estamos na expectativa de melhorias salariais. Nesse sentido, a minha mensagem para aqueles que pensam em trabalhar no Judiciário é que tenham muita disposição, sede de aprender e que sejam abertos a mudanças.

Justiça Pra que Te Quero

Reclamações na Ouvidoria caem 22% com ampliação de serviços da Justiça

O regime de exceção declarado em diversas varas das comarcas de Mato Grosso e os mutirões realizados durante 2013 e nos primeiros meses de 2014 foram medidas importantes tomadas pela atual Administração do Tribunal de Justiça de Mato Grosso que refletiram diretamente no número de reclamações que chegam diariamente à Ouvidoria Judiciária.

Os números mostram que reduziu em 22% o índice de reclamações nos primeiros três meses de 2014, comparado ao mesmo período do ano passado. A maioria das reclamações refere-se à morosidade processual.

"O regime de exceção declarado em muitas varas e os mutirões foram decisões administrativas que refletiram diretamente na redução do número de reclamações", destaca o ouvidor-geral da Justiça, juiz Luís Aparecido Bortolussi Júnior.

Entre janeiro e março de 2013 a Ouvidoria registrou 648 reclamações, enquanto neste mesmo período de 2014 o numerou caiu para 501. "A Ouvidoria é o elo entre os jurisdicionados e o Poder Judiciário de Mato Grosso. Trabalhamos para que haja satisfação do jurisdicionado, esta é nossa meta", afirma o juiz ouvidor.

De acordo com ele, cerca de 90% das manifestações (denúncias, elogios, pedidos de informação, reclamações e sugestões) registradas pela Ouvidoria são feitas diretamente no site do Tribunal de Justiça. Os outros 10% são por telefone ou pessoalmente.

A via on line é prática, rápida e segura. Para entrar em contato com a Ouvidoria a parte precisa preencher um formulário, onde escolhe o tipo de manifestação que deseja fazer, além de dados pessoais. Os campos marcados com asterisco devem obrigatoriamente ser preenchidos, entre eles o CPF, que depois é checado pela Ouvidoria junto à Receita Federal.

"Fazemos isso para verificar se a pessoa que está fazendo a reclamação ou a denúncia, por exemplo, é a mesma do CPF. Esta medida evita fraude e confere confiabilidade ao trabalho realizado pela Ouvidoria, já que tudo o que fazemos aqui é mantido no mais absoluto sigilo, tanto é que não aceitamos denúncias anônimas, em conformidade com o regimento interno desta Ouvidoria", explica a analista judiciária da Ouvidoria, Cleonice Campana Peres.

Toda reclamação feita na Ouvidora gera um protocolo, que é enviado à parte para que ela possa acompanhar o andamento de sua demanda. "Ninguém fica sem uma resposta, todos têm um retorno por e-mail ou telefone", explica o juiz ouvidor.

Com o objetivo de mensurar o índice de satisfação dos usuários, a Ouvidoria implantou uma pesquisa de satisfação, que é disponibilizada ao manifestante no momento da resposta de seu registro.

O usuário pode responder ou não à avaliação, portanto o método estabelecido é por amostragem. Das 93 pessoas que responderam à pesquisa no primeiro trimestre do ano, mais de 80% consideram o atendimento ótimo (54,84%) e bom (26,88%).

Todos os e-mails enviados aos usuários vão com confirmação de recebimento e leitura, para dar mais transparência ao trabalho da Ouvidoria. Tudo é registrado. Quando é solicitado a um magistrado, por exemplo, um pedido de informação, é fixado um prazo para ele responder. No sistema da Ouvidoria foi implantado pela TI (Tecnologia da Informação) do Tribunal de Justiça um relógio que conta o prazo, quando o tempo expira, ele avisa. "Isso garante o cumprimento do que foi acordado", destaca Cleonice Peres, completando que todos os registros envolvendo crianças, adolescentes e idosos têm prioridade, em conformidade legal.

Cerca de 40% do público que procura a Ouvidoria refere-se à parte autora de determinada ação, seguido dos advogados, com 36%. O juiz ouvidor **Luís Aparecido Bortolussi Júnior** destaca que ninguém precisa ter receio de procurar a Ouvidoria, já que tudo é mantido sob sigilo.

"Temos uma equipe preparada e estamos à disposição. A Ouvidoria está de braços abertos para receber sugestões, reclamações, elogios ou qualquer outro tipo de manifestação, seja por e-mail ou telefone. Todos serão tratados com total respeito", garante o magistrado.

O ouvidor, porém, esclarece que não compete à Ouvidoria fazer juízo de valor com relação às decisões tomadas por magistrados. "Para isso existem os recursos. O mesmo vale para reclamações relacionadas a servidores ou magistrados. Nestes casos os expedientes são encaminhados ao órgão competente, pois a Ouvidoria não tem poder correcional".

Canais de acesso

Atendimento Pessoal **- É realizado no Tribunal de Justiça, localizado no Centro Político Administrativo, das 12 às 19 horas.**
Formulário eletrônico - Acesse a página do Tribunal de Justiça (www.tjmt.jus.br) - link da Ouvidoria Judiciária
DDG - 0800 647 1420 - (65) 3617-3835/(65)3617-3794
Fax: (65) 3617- 3531

Correspondência **- Envie sua manifestação ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - Centro Político Administrativo -**

Ouvidoria Judiciária **- CEP: 78050-970 - Cuiabá/MT.**

Caixa Coletora **- Preencha o formulário disponível em todos os fóruns do Estado e deposite na caixa coletora.**

Sem Embargos

Voluntariado

Como forma de se aproximar ainda mais da população, o Poder Judiciário de Mato Grosso está criando o Programa Judiciário Voluntário. O serviço é voltado para pessoas físicas que querem conhecer o serviço desenvolvido pela Justiça e também realizar trabalho filantrópico. A prestação de trabalho é realizada de forma espontânea, sem recebimento de remuneração e a carga horária é flexível.

Conciliação

Convênios firmados em junho entre o Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça de Mato Grosso e entidades representantes de instituições bancárias e empresas de telefonia vão garantir mais agilidade no trâmite das ações que envolvem estes temas. A assinatura dos termos de cooperação foi realizada no CNJ e busca resolver com conciliação os processos envolvendo bancos e empresas telefônicas em tramitação nos Juizados Especiais de oito estados.

Titularização

Em sessão especial realizada no dia 27 de junho, o Pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso titularizou 41 magistrados, que estavam cumprindo estágio probatório pelo período de dois anos. Os juízes, que foram aprovados em concurso público realizado em 2012, foram vitaliciados no dia 18 de junho. A solenidade contou com a presença de familiares e amigos, que vieram prestigiar um dos momentos mais importantes da carreira da magistratura.